

Ata número catorze

De acordo com o ponto um do artigo décimo terceiro do Decreto-Lei n.º setenta e cinco barra dois mil e oito, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º cento e trinta e sete barra dois mil e doze de dois de Julho, conjugado com a alínea a) do artigo quarto do Regulamento Interno em vigor, reuniu o Conselho Geral, por videoconferência, para uma reunião ordinária no dia trinta e um de março de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta minutos, a fim de dar cumprimento à seguinte ordem do dia:

Ponto um: Apreciação do Plano de Inovação Pedagógica;

Ponto dois: Aprovação do relatório e contas de gerência de 2020;

Ponto três: Apreciação do relatório intermédio do Plano Anual e Plurianual de Atividades;

Ponto quatro: Outros assuntos.

Deu-se início à reunião, com a presença de catorze conselheiros, tendo os sete conselheiros que não compareceram justificado a sua ausência.

O presidente do Conselho Geral começou por dar as boas vindas aos conselheiros presentes e, de seguida, apresentou a subdiretora do Agrupamento, professora Elisabete Tavares, justificando a sua presença na reunião, uma vez que ia apresentar, de forma genérica, o Plano de Inovação Pedagógica, a fim de ser apreciado por este Conselho. Lembrou que o documento foi enviado aquando da convocatória para esta reunião, a fim de que os Conselheiros procedessem à sua leitura para poderem, agora, colocar as dúvidas ou pedirem esclarecimentos, caso tenham.

Deu a palavra à professora Elisabete Tavares que enquadrou a proposta de um Plano de Inovação Pedagógica (PIP), informando que, após a aprovação em sede do Conselho Pedagógico, o documento foi enviado para a equipa de Coordenação Regional para apreciação, tendo atenção os critérios definidos no ponto 4 do artigo 8.º da Portaria 181/2019, a qual servirá de base para a decisão da equipa de coordenação nacional.

De seguida, apresentou as linhas essenciais do PIP, referindo que, à luz do Projeto Educativo do Agrupamento, este projeto visa desenvolver o conceito de Escola como comunidade de aprendizagem, na qual o mais relevante não são as notas, mas a “qualidade da aprendizagem” e que este PIP apresenta uma resposta curricular e pedagógica adaptada ao contexto específico da sua implementação e visa a promoção da qualidade das aprendizagens e o sucesso pleno dos alunos. Salientou que o PIP se enquadra nos eixos de intervenção do Projeto Educativo do Agrupamento com particular incidência no eixo I e II, mas com implicações no Eixo III. Realçou, ainda, que a implementação do PIP implicará um trabalho conjunto para o qual serão mobilizados todos os agentes educativos em particular os alunos envolvidos, os professores, as lideranças intermédias, os encarregados de educação e os elementos de entidades parceiras, na *assunção de uma cultura de responsabilidade partilhada*. E que, considerando as opções estruturantes de natureza curricular aprovadas pelo Conselho

Pedagógico, os objetivos prioritários a ter em atenção no desenvolvimento do planeamento curricular, o PIP contribuirá para:

- a) A valorização das artes, das ciências, do desporto, das humanidades, das tecnologias de informação e comunicação, e do trabalho prático e experimental, bem como a integração das componentes de natureza regional e da comunidade local.
- b) A aquisição e desenvolvimento de competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica e autónoma de informação, com vista à resolução de problemas e ao reforço da autoestima dos alunos.
- c) A promoção de experiências de comunicação e expressão em língua portuguesa e em línguas estrangeiras nas modalidades oral, escrita, visual e multimodal.
- d) O exercício da cidadania ativa, de participação social, em contextos de partilha e de colaboração e de confronto de ideias sobre matérias da atualidade.
- e) A implementação do trabalho de projeto como dinâmica centrada no papel dos alunos enquanto autores, proporcionando aprendizagens significativas.

Referiu que o PIP vai ser aplicado em duas valências: na EB1 de Santiago de Riba Ul e em duas turmas do quinto ano e em duas turmas do sétimo ano e reforçou a ideia de que em todas as valências não haverá acréscimo de horas letivas mas sim flexibilização da matriz curricular base numa percentagem superior a 25% do currículo. Reforçou, também, a certeza de que nunca se perdem de vista as Aprendizagens Essenciais de cada uma das disciplinas do currículo em articulação com desenvolvimento das competências-chave Perfil do Aluno à Saída da Escolaridade Obrigatória..

A definição das prioridades de intervenção teve como base os relatórios da equipa de Autoavaliação do Agrupamento, as atas do Conselho de Turma/Conselhos de Docentes/reuniões de área disciplinar e de Departamento, os Planos Curriculares de Turma e a monitorização (pelos alunos e professores) dos projetos desenvolvidos no âmbito do DAC, incidindo as linhas de melhoria nos domínios da prática pedagógica e das aprendizagens. As medidas previstas no PIP compreendem um conjunto de alterações e ações que visam ir ao encontro das linhas de melhoria definidas.

Assim, com recurso a cerca de 30% da carga horária do ano de escolaridade/do ciclo, pretende-se alterar a organização pedagógica de modo a permitir o desenvolvimento de dinâmicas de ensino/aprendizagem mais flexíveis, diferenciadoras, integradoras da avaliação numa perspetiva pedagógica focada na qualidade da aprendizagem do aluno (e não na atribuição de notas), assente no princípio de que todos têm o direito a aprender.

Quanto à avaliação será formativa e sumativa, partindo-se do princípio de que são componentes da avaliação pedagógica dado que ambas permitem recolher informação que os alunos podem utilizar para aprender mais, que os professores podem rentabilizar para melhor apoiar a aprendizagem dos alunos. A avaliação formativa será a forma privilegiada de recolha de informação sobre a aprendizagem dos alunos. Da avaliação será dado reporte aos encarregados de educação.

Quanto à EB1 de Santiago de Riba Ul, o PIP prevê uma gestão flexível da matriz de base e a criação de novas disciplinas, como, por exemplo, a Meditação Infantil e Educação das Emoções, MovimentARTE Dança/Música. R(ec)Inventar Artes Visuais/Apoio ao Estudo e “Sentir o SER” Oferta Complementar/Teatro, bem como a organização diversa de turmas.

Quanto às turmas de quinto e sétimo anos, prevê, também, um conjunto de medidas que passam, por exemplo, pela adoção de uma forma diferente de organização do trabalho escolar – equipa educativa grupo/ano, a organização diversa de turmas nos momentos de trabalho não disciplinar ou no Gabinete de Apoio Pedagógico (GAP) com gestão flexível de tempos da matriz de base. Esta gestão flexível permitirá a criação do GAP,

um espaço de apoio multidisciplinar (o DT e professores de diferentes disciplinas com o apoio do psicólogo), a alternância, ao longo do ano letivo, de períodos de funcionamento disciplinar com períodos de funcionamento multidisciplinar, com recurso a estratégias de aprendizagem ativa – 3 semanas de trabalho disciplinar + 1 semana de trabalho não disciplinar. Acentuou como mais valia para o PIP, para além dos múltiplos laboratórios, salas de informática, do espaço BECRE, da sala polivalente, do Pavilhão Desportivo, o Espaço de Aprendizagens Ativas, um ambiente educativo inovador, inspirado no conceito de Future Classroom Lab (FCL), proposto pela European Schoolnet, uma sala dividida em vários espaços para criar, investigar, desenvolver, apresentar e partilhar projetos e ideias. As novas tecnologias ganham lugar de destaque nesta sala de aula, a inaugurar em setembro de 2021, esperando-se uma transformação dos processos de ensino e da própria aprendizagem apoiada numa capacitação docente adequada. Para um maior envolvimento dos alunos, está previsto a formação de alunos mentores, não só a nível pedagógico (Projeto Mentor já em vigor no Agrupamento) mas também na área da ciência, da tecnologia e da arte promovendo um intercâmbio com alunos do ensino secundário os quais poderão incluir a participação nestas semanas de trabalho não disciplinar nos seus projetos DAC. Está prevista a integração dos projetos de referência do Agrupamento, nomeadamente, Plano Nacional de Cinema, Clube da Robótica e Programação, Educação para os Media, Rádio e Televisão Escolar, Escrita Criativa, Oficina de Dança, Clube da Ciência, de acordo com a natureza das aprendizagens específicas a desenvolver durante a semana não disciplinar, e a parceria com a Biblioteca Escolar e com o Município de Oliveira de Azeméis (página vinte e três do PIP).

Relembrou, ainda, que, de acordo com o PIP, o ano letivo será dividido em dois semestres (com igual número de semanas) prevendo-se um total de 10 dias de paragem. O que implica, por exemplo, o reajuste dos transportes escolares. O PIP será alvo de constante monitorização e serão realizadas Provas de Aferição para saber se os alunos envolvidos estão a adquirir as Aprendizagens essenciais. A monitorização será feita e de acordo com o mesmo documento da seguinte forma:

"O coordenador de cada equipa pedagógica, em colaboração com a coordenadora do Plano submeterá ao Conselho Pedagógico um relatório de avaliação intermédia (Conselho Pedagógico de março) e um relatório de avaliação final (Conselho Pedagógico de julho). A equipa da Qualidade (equipa de autoavaliação) elaborará um plano de monitorização da execução do Plano e do seu impacto da melhoria das aprendizagens que contemplará duas fases: - Avaliação intermédia com sugestões de reajustamentos (mês de março). - Avaliação final com sugestões para plano de melhoria (mês de julho). Para recolha de informação serão utilizadas diferentes técnicas: inquéritos por questionário, entrevistas em focus groups, envolvendo alunos, professores, encarregados de educação, técnicos especializados e outros parceiros envolvidos. Ambos os relatórios (dos coordenadores e da equipa da qualidade) serão submetidos à apreciação do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral."

Após a apresentação, o Presidente do Conselho Geral quis saber se algum dos Conselheiros gostaria de colocar questões. Assim, O presidente do Conselho Geral questionou a subdiretora se o PIP implicaria a contratação de mais técnicos especializados, ao que a subdiretora respondeu negativamente, afirmando ser necessário rentabilizar os recursos humanos já existentes

O Conselheiro Martinho Oliveira quis saber se, no que concerne à monitorização, não seria possível haver um relatório intermédio que fosse apreciado pelo Conselho Geral. A subdiretora respondeu que já está previsto no PIP.

A Conselheira Paula Tavares, considerando que o quinto ano é um ano de adaptação e difícil, questionou se não seria melhor optar pelo sexto ano, por exemplo, para aplicação do PIP. A subdiretora respondeu que foi precisamente por ser um ano de adaptação e difícil que se optou pelo quinto ano para que haja um maior acompanhamento.

A Conselheira Paula Tavares considerou que o maior obstáculo à implementação do PIP será a comunicação. Ao que a subdiretora respondeu que o facto de existir um coordenador vai facilitar a comunicação.

O Conselheiro Martinho Oliveira questionou sobre a necessidade de mais equipamentos ou instalações e se a disciplina de Meditação Infantil pode minimizar o trabalho do GAP.

A subdiretora respondeu que, a serem necessárias mais instalações e/ou equipamentos, está previsto o uso das mesmas através das parcerias, principalmente com o Município.

Quanto à disciplina de Meditação Infantil surge na sequência da Gestão de Emoções, que já existe nalgumas EB1 e JI, com resultados excepcionais, além disso a presença da psicóloga será constante, rentabilizando-se o recurso afeto ao Gabinete de Apoio ao Aluno.

O Conselheiro Rui Luzes quis dar os parabéns por, mais uma vez, o Agrupamento se destacar pela vontade de inovar e vê este PIP como uma oportunidade e como um momento de reflexão sobre a evolução da escola, do que tem sido a aprendizagem e de que forma se pode melhorar quer as aprendizagens, quer o trabalho que os professores têm a fazer, presos na burocracia, que lhes ocupa demasiado tempo.-Reforçou a ideia de sair da escola, para visitas de estudo e não só, como excelente. E tem a certeza que apesar de um processo destes ir encontrar obstáculos, eles serão ultrapassados. No entanto, considerando que as famílias vivem tempos exigentes no mercado do trabalho, sobrecarregando os seus educandos com atividades extracurriculares, cabe à escola dosear as atividades que oferece, pois os alunos precisam de tempo para fazer nada e para parar. O Conselheiro Rui Luzes, vereador da Educação do Município, apreciou positivamente o Plano de Inovação apresentado, afirmando que o município se encontra disponível para colaborar na sua implementação.

Como mais nenhum Conselheiro se quis pronunciar, o Conselho Geral, por unanimidade, fez uma apreciação positiva do PIP.

O presidente do Conselho Geral agradeceu a presença da professora Elisabete Tavares, que referiu que assim que a versão final estivesse redigida seria remetida ao Conselho Geral.

Passou-se de seguida ao ponto dois da Ordem do Dia, tendo o presidente do Conselho geral dado a palavra à Diretora do Agrupamento, professora Ilda Ferreira, para que explicasse resumidamente o Relatório de Contas, que também foi enviado a todos os Conselheiros aquando do envio da convocatória.

A Diretora do Agrupamento quis, relativamente ao ponto um da Ordem do Dia, referir que as medidas que constam do PIP são consequência da experiência pedagógica do Agrupamento, uma vez que os projetos que estão na base do documento já existem, são monitorizados, avaliados e têm tido excelentes resultados.

De seguida, fez o enquadramento legal do Relatório de Contas e, logo após, apresentou, genericamente, o documento.

Realçou os dez mil euros, que surgem na rubrica Orçamento de Estado-ASE, que são o prémio que a escola recebeu por ser uma escola Mega Fixe e que serviram para equipar a Sala de Aprendizagens Ativas, com a ajuda financeira da Associação de Pais, que aproveitou para agradecer.

Após o resumo do documento, o Presidente do Conselho Geral colocou-o à discussão.

O Conselheiro Martinho Oliveira quis saber se havia forma de saber quais os gastos afetos ao controlo da pandemia.

A Conselheira Arminda Bastos, na qualidade de Coordenadora Técnica respondeu que o valor foi de dezoito mil noventa e doze e um cêntimo euros e se encontra no orçamento de estado – receita - na rubrica Atividade cento e noventa e dois – EPI's, “Contingência COVID 19 – prevenção, contenção, mitigação e tratamento”.

O Presidente do Conselho Geral questionou a Diretora do Agrupamento se a gestão das receitas próprias ainda é da responsabilidade do Agrupamento, ao que a Diretora do agrupamento respondeu afirmativamente mas que irá passar para o Município.

Dado que não houve mais questões, o Relatório e Contas de Gerência de 2020 foi colocado a votação sendo aprovado por unanimidade.

Deu-se, então, início à discussão do ponto três, tendo o Presidente do Conselho Geral dado a palavra à Conselheira Ana Oliveira na qualidade de Coordenadora do Plano Anual e Plurianual de Atividades.

A Conselheira Ana Oliveira referiu que o relatório evidencia a análise das atividades realizadas no período que medeia entre o dia um de setembro de dois mil e vinte e o dia dezanove de fevereiro de dois mil e vinte e um e faz a análise do ponto de vista estatístico das atividades inseridas na plataforma InovarPAA até à data supra referida, assim como projeta a sua colaboração para a prossecução do Projeto Educativo do Agrupamento.

Referiu que a situação pandémica vivida neste momento, obrigou à reformulação das atividades realizadas neste semestre. Inicialmente planificadas para ocorrerem em espaço físico, todas as que foram passíveis de concretização acabaram por ocorrer online. Destaque-se que a “Semana do Diploma” (de catorze a dezoito de dezembro) e a cerimónia oficial que assinalou o início da “Comemoração dos 50 anos da Escola Básica e Secundária Ferreira de Castro” (sete de janeiro) tendo ocorrido presencialmente, obedeceram a uma logística adaptada às medidas de prevenção – Covid -19. Realçou, também, o facto do OPE se ter realizado e a votação online, o que revela bem o esforço de toda a comunidade educativa para concretizar os projetos.

Não quis deixar de dar os parabéns a todos os envolvidos na dinamização das atividades, realçando os projetos DAC que, apesar do confinamento e do E@D, se concretizaram.

Como o documento já tinha sido enviado a todos os Conselheiros, fez um breve resumo do mesmo.

Assim, da análise do relatório intermédio do Plano Anual e Plurianual de Atividades, pode constatar-se que nas atividades por nível/ciclo/ano de ensino, o maior número de atividades foi ou será realizado pelo décimo primeiro ano de escolaridade. Embora haja uma distribuição equilibrada do número de atividades realizadas nos restantes anos escolares; que as estruturas proponentes, a análise dos dados da plataforma permite inferir que o Departamento do Primeiro Ciclo e a Biblioteca Escolar e Centro de Recursos Educativos se destacam pelo número de atividades realizadas. Todavia é de ressaltar que também as restantes estruturas do AEFC promoveram ao longo deste semestre atividades de diversas tipologias (devidamente adaptadas ao contexto pandémico), no sentido de contribuir para a formação pessoal e académica de todos os envolvidos, procurando fazê-lo através de eventos criativos, dinâmicos e mobilizadores de um maior número de alunos e de uma maior diversidade de saberes ultrapassando as contingências do momento. Quanto ao grau de consecução, “considerando os objetivos e as metas definidos no Projeto Educativo do AEFC, importa fazer um balanço objetivo dos que se referem explicitamente ao PAPA.” Assim, constata-se que, na sua maioria, as atividades orientam o seu desenvolvimento no sentido da consecução do Eixo I

“Ação Pedagógica” do Projeto Educativo, nomeadamente nos eixos de ação “Relações Interpessoais”, “Desenvolvimento Pessoal”, “Relações Interpessoais”, “Motivação” e “Família” pela ordem que se enumera. Ainda assim, é também evidente que as diferentes atividades fomentam e consubstanciam três dos quatro eixos que concorrem para o Objetivo Estratégico que orienta o Projeto Educativo do AEFC, a saber “Transformar a escola numa comunidade de aprendizagem pautada por padrões de excelência.”

Realçou que e de acordo com o que está exposto no relatório, “dada a situação pandémica o AEFC apresenta, no período em análise, uma diminuição do dinamismo verificado nos anos anteriores. No entanto, nota-se que o Agrupamento continua empenhado numa formação integral da comunidade escolar continuando a mobilizar e integrar as aprendizagens formais e informais, mostrando, assim, uma preocupação fundamental que consiste em formar cidadãos no verdadeiro sentido da palavra: jovens com formação científica, humanística, crítica e interventiva com vista a um futuro de sucesso e corresponsabilização ativa. Como já referido, a situação de calamidade pública dificultou a consecução das atividades, mas não as impossibilitou dada a persistência dos verdadeiramente interessados na formação de todos os alunos sem exceção. O AEFC mostrou um inequívoco exemplo de resiliência emocional e física que só foi possível com a contribuição inestimável de toda a comunidade educativa.”

Referiu, ainda, que no que diz respeito ao funcionamento da Plataforma, se verifica a sua utilização plena para fazer constar as atividades que se vão propondo e concretizando no agrupamento e foi criada a estrutura EQAVET onde serão registadas as ações previstas no Plano de Ação de Melhoria no âmbito do Quadro Europeu de Garantia de Qualidade para o Ensino e Formação Profissional.

Uma vez que nenhum Conselheiro quis intervir procedeu-se à apreciação do relatório intermédio do Plano Anual e Plurianual de Atividades, de forma positiva por unanimidade.

No último ponto, o Presidente do Conselho Geral elogiou a excelência de todos os Conselheiros, reflexo de todos aqueles que fazem parte do nosso Agrupamento. Agradeceu o trabalho de todos e destacou o trabalho das Conselheiras Arminda Bastos e Madalena Brandão, enquanto coordenadoras dos respetivos setores.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, foi assinada de acordo com a lei.

A Secretária do Conselho Geral

O Presidente:do Conselho Geral

(Teresa Alexandra Jesus)

(António da Costa Pereira dos Santos)